



## **MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**

**Emitente:** Unidade de Controle Interno da Câmara de Pancas-ES

**Entidade:** Poder Legislativo do Município de Pancas-ES

**Gestor responsável:** Otniel Carlos de Oliveira

**Exercício:** 2022

### **RELATÓRIO**

#### **Introdução**

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa Unidade de Controle Interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, tendo por base a Prestação de Contas apresentada pelos setores desta unidade de gestão, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

Cabe destacar também, que tais pontos de controle foram analisados através da comparação entre as informações contidas da Prestação de Contas Anual e demais documentos emitidos pelos setores responsáveis e que o Responsável pela unidade de Controle Interno desta casa de leis, que subscreve a presente manifestação, não possui formação contábil e por isso, não possui capacidade técnica para emitir opinião quanto às informações do setor contábil.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



Código	Ponto de controle	Processos administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universe do ponto de Controle	Amostras selecionadas
1.1.2	Despesa – Realização sem prévio empenho	0000001/2022 0000003/2021 0000005/2021 0000018/2022 0000019/2022 0000020/2022 0000021/2022 0000022/2022 0000023/2022 0000024/2022 0000025/2022 0000027/2021 0000044/2022 0000050/2021 0000060/2022 0000076/2022 0000096/2022 0000098/2021 0000116/2022 0000153/2022 0000187/2022 0000230/2022 0000243/2022 0000244/2022 0000279/2022 0000300/2022 0000324/2022 0000346/2022 0000354/2022 0000775/2021 0000865/2021 0000903/2021 0000911/2021 0000914/2021 0000917/2021 0000918/2021 0000919/2021 0000920/2021 0000921/2021 0000930/2022	Lei 4.320/1964, art. 60.	Exame de Registros Auxiliares.  Através de relatórios do setor de contabilidade, verificamos a existência de empenho prévio em todas as despesas.  O tipo de despesas selecionadas estão dispostas na tabela de achados.	R\$ 2.483.586,37	R\$ 426.145,08
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	0000060/2022 0000072/2022 0000153/2022 0000165/2022 0000238/2022 0000251/2022 0000299/2022 0000344/2022 0000347/2022 0000376/2022 0000408/2022 0000409/2022	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/98, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Análise documental. Também entrevista.	R\$ 358.807,82	R\$ 358.807,82
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	0000060/2022 0000072/2022 0000153/2022 0000165/2022 0000238/2022 0000251/2022	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º.	Análise documental	R\$ 358.807,82	R\$ 358.807,82



## CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



		0000299/2022 0000344/2022 0000347/2022 0000376/2022 0000408/2022 0000409/2022	Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência			
1.2.3	Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento	0000060/2022 0000072/2022 0000153/2022 0000165/2022 0000238/2022 0000251/2022 0000299/2022 0000344/2022 0000347/2022 0000376/2022 0000408/2022 0000409/2022	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Análise documental	R\$ 358.807,82	R\$ 358.807,82
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias- parte servidor	0000060/2022 0000072/2022 0000153/2022 0000165/2022 0000238/2022 0000251/2022 0000299/2022 0000344/2022 0000347/2022 0000376/2022 0000408/2022 0000409/2022	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Análise documental e entrevista	R\$ 172.412,82	R\$ 172.412,82
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	0000060/2022 0000072/2022 0000153/2022 0000165/2022 0000238/2022 0000251/2022 0000299/2022 0000344/2022 0000347/2022 0000376/2022 0000408/2022 0000409/2022	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Análise documental. Entre os gastos com obrigações previdenciárias não foram localizados pagamentos de parcelamentos.	R\$ 501,575,04	R\$ 501,575,04
1.2.8	Medidas de Cobrança- Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber	Não foi localizado qualquer pendência que que justificasse qualquer cobrança	LRF	Análise documental	R\$ 501,575,04	R\$ 501,575,04
<b>1.3 Gestão Patrimonial</b>						
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil	Inventário patrimonial e Inventário de estoque	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts.	Análise documental – relatórios da PCA	R\$ 1.440.544,83	R\$ 1.440.544,83



## CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



	compatibilidade com inventário.		94 a 96.			
<b>1.3.2</b>	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle	Inventário patrimonial e Inventário de estoque	Lei 4.320/1964, art. 94.	Análise documental – relatórios da PCA	R\$ 1.440.544,83	R\$ 1.440.544,83
<b>1.3.3</b>	Disponibilidades financeiras – Depósito e aplicação	Extratos, demonstrativos contábeis e ROLGES	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Análise documental e Conformidade	R\$ 2.483.586,37	R\$ 2.483.586,37
<b>1.3.4</b>	Disponibilidades financeiras – Depósito e aplicação	Extratos, demonstrativos contábeis e ROLGES	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Análise documental e Conformidade	R\$ 3.167.593,61	R\$ 3.167.593,61
<b>1.3.7</b>	Obrigações contraídas no último ano de mandato.	Extratos, demonstrativos contábeis e ROLGES	Lei 4.320/1964, arts. 42.	Análise documental e Conformidade	R\$ 3.167.593,61	R\$ 3.167.593,61
<b>1.4.6</b>	Despesas com pessoal – abrangência.	Demonstrativos contábeis e relatórios do Setor de Recursos Humanos	LC 101/2000, art. 18.	Análise documental	R\$ 78.402.951,63 (RCL)	R\$ 1.953.580,21
<b>1.4.7</b>	Despesas com pessoal – limite	Relatórios do Setor de Recursos Humanos	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Análise documental	R\$ 1.953.580,21	R\$ 1.953.580,21
<b>1.4.8</b>	Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato	Relatórios do Setor de Recursos Humanos	LC 101/2000, art. 21, parágrafo único.	Análise documental	R\$ 1.953.580,21	R\$ 1.953.580,21
<b>1.4.9</b>	Despesas com Pessoal – aumento despesas nos últimos 180 dias do fim de Mandato – nulidade do ato	Relatórios do Setor de Recursos Humanos	LC 101/2000, art. 21, parágrafo único.	Revisão Analítica	R\$ 1.953.580,21	R\$ 1.953.580,21



## CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



1.4.10	Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações	Relatórios do Setor de Recursos Humanos	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Recálculo	R\$ 1.953.580,21	R\$ 1.953.580,21
1.4.11	Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências / medidas de contenção	Relatórios do Setor de Recursos Humanos	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Recálculo	R\$ 1.953.580,21	R\$ 1.953.580,21
1.4.12	Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO	Relatórios do Setor de Recursos Humanos	CRFB/88, art. 169, § 1º.	Observação Direta	R\$ 1.953.580,21	R\$ 1.953.580,21
1.4.13	Poder Legislativo Municipal – despesa com folha de pagamento	Relatórios do Setor de Recursos Humanos	RFB/88, art. 29-A, § 1º.	Recálculo	R\$ 3.167.593,61	R\$ 1.953.580,21
1.4.17	Despesas com Pessoal – Subsídio dos Vereadores - Fixação	Relatórios do Setor de Recursos Humanos	RFB/88, art. 29-A, § 1º.	Observação Direta	R\$ 657.736,71	R\$ 657.736,71
1.4.18	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – pagamento Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – pagamento	Relatórios do Setor de Recursos Humanos	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Revisão Analítica	R\$ 657.736,71	R\$ 657.736,71
1.4.19	Despesas com pessoal – remuneração vereadores	Relatórios do Setor de Recursos Humanos	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Observação Direta	R\$ 657.736,71	R\$ 657.736,71
1.4.20	Poder Legislativo Municipal – despesa total	Relatórios do Setor de Recursos Humanos.	CRFB/88, art. 29-A.	Análise documental e Revisão analítica	R\$ 1.953.580,21	R\$ 1.953.580,21



## CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



### 1.5 Demais atos de gestão

1.5.1	Documentos integrantes da PCA compatibilidade com o normativo do TCE	Documentos da PCA	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Conciliação	R\$ 3.167.593.61.	R\$ 3.167.593.61
1.5.2	Segregação de funções.	Observação diária de rotinas	CRFB/88, art. 37.	Observação direta	R\$ 3.167.593.61	R\$ 3.167.593.61

2

### 2.2 Gestão fiscal, financeira e orçamentária

2.2.8	Despesa pública – criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa – estimativa de impacto orçamentário-financeiro.	Relatórios do Setor contábil	LC 101/2000, art. 16.	Conciliação	R\$ 3.167.593.61	R\$ 3.167.593.61
2.2.9	Despesa pública – criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa – afetação das metas fiscais.	Relatórios do Setor contábil	LC 101/2000, art. 17, § 3º.	Observação Direta	R\$ 3.167.593.61	R\$ 3.167.593.61
2.2.10	Execução de programas e projetos	Relatórios do Setor contábil	CRFB/88, art. 167, I.	Análise documental	R\$ 3.167.593.61	R\$ 3.167.593.61
2.2.11	Execução de despesas – créditos orçamentários	Relatórios do Setor contábil	CRFB/88, art. 167	Análise documental analítica	R\$ 3.167.593.61	R\$ 3.167.593.61



## CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



2.2.13	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	Dec. 7812/2022 Dec. 7854/2022 Dec. 7868/2022 Dec. 7881/2022 Lei 2049/2022 Lei 2054/2022	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Análise documental	R\$ 3.167.593.61	R\$ 396.030,60
2.2.18	Realização de investimentos plurianuais	Relatórios do Setor contábil	CRFB/88, art. 167, § 1º.	Indagação	R\$ 3.167.593.61	R\$ 3.167.593.61
2.2.24	Escrituração e consolidação das contas públicas	Entrevista com o setor contábil	LC 101/2000, art.50 / Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP-EC c/c / NBC-T 16	Indagação	R\$ 3.167.593.61	R\$ 3.167.593.61
2.2.28	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	Relatórios do Setor contábil	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Indagação	R\$ 3.167.593.61	R\$ 3.167.593.61
2.2.29	Déficit orçamentário – medidas de contenção	Relatórios do Setor contábil	LC 101/2000, art. 9º.	Análise documental	R\$ 3.167.593.61	R\$ 0,00
2.2.30	Despesa – realização de despesas – irregularidades	Relatórios do Setor contábil e entrevista com o setor contábil	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º.	Indagação	R\$ 3.167.593.61	R\$ 3.167.593.61
2.2.31	Despesa – liquidação	Relatórios do Setor contábil e entrevista com o setor contábil	Lei 4.320/1964, art. 63.	Indagação	R\$ 3.167.593.61	R\$ 2.483.586,37
2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Relatórios do Setor contábil e entrevista com o setor contábil	Lei 4.320/1964, art. 62	Análise documental	R\$ 3.167.593.61	R\$ 2.483.586,37
2.2.33	Despesa – desvio de finalidade	Relatórios do Setor contábil e entrevista com o setor contábil	LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único.	Indagação	R\$ 3.167.593.61	R\$ 3.167.593.61





## CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



2.2.34	Despesa – auxílios, contribuições e subvenções.	Relatórios do Setor contábil e entrevista com o setor contábil	Legislação específica.	Análise documental	R\$ 3.167.593.61	R\$ 3.167.593.61
2.2.35	Despesa – subvenção social.	Relatórios do Setor contábil e entrevista com o setor contábil	Lei 4.320/1964 art. 16.	Análise documental	0,00	R\$ 0,00
<b>2.3 Gestão Patrimonial</b>						
2.3.1	Passivos contingentes – reconhecimento de precatórios judiciais	Relatórios do Setor contábil	CRFB/88, art. 100. / ei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP 03.	Observação direta	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.2	Dívida pública – precatórios – pagamento	Relatórios do Setor contábil	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67	Observação direta	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.4	Dívida ativa e demais créditos Tributários - Cancelamento	Relatórios do Setor contábil	CRFB/88, art. 100 c/c Lei LC 101/2000, art. 9º	Análise documental	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.5	Cancelamento de passivos	Relatórios do Setor contábil	CRFB/88, art. 37, caput. c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP e NBC T 16.	Indagação	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>2.4 Limites Constitucionais Legais</b>						
2.4.1	Transferências voluntárias – exigências	Relatórios do Setor contábil	LC 101/2000, art. 25, § 1º	Indagação	R\$ 3.167.593.61	R\$ 3.167.593.61
2.4.3	Dívida pública – originalmente superior ao limite – redução do valor excedente	Relatórios do Setor contábil	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso I.	Indagação	R\$ 0,00	R\$ 0,00





## CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



<b>2.5 Gestão Previdenciária</b>						
2.5.1	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias.	Relatórios do Setor contábil	LC 116/2003, art. 6º/ Decreto Federal nº 3.000/1999. Lei 8.212/1991. Lei Local.	Indagação	R\$ 3.167.593.61	R\$ 501.575,04
2.5.2	Base de cálculo de contribuições - RPPS	Relatórios do Setor contábil e do setor de Recursos humanos	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Observação direta	<b>Não se aplica</b>	<b>Não se aplica</b>
2.5.4	Alíquota de contribuição – Recolhimento	Relatórios do Setor contábil e do setor de Recursos humanos	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º.	Análise documental	R\$ 501.575,04	R\$ 501.575,04
2.5.5	Guia de recolhimento de contribuições previdenciárias	Relatórios do Setor contábil e do setor de Recursos humanos	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Observação direta	<b>Não se aplica</b>	<b>Não se aplica</b>
2.5.7	Servidores cedidos	Relatórios do Setor de Recursos Humanos.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 32, I, II e III.	Observação direta	<b>Não se aplica</b>	<b>Não se aplica</b>
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização Legal	Relatórios do Setor contábil e do setor de Recursos humanos	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 36, § 1º.	Conformidade (Verificação documental)	<b>Não se aplica</b>	<b>Não se aplica</b>
2.5.26	Censo Atuarial	Observação diária de rotinas	Lei Federal 10.887/2004, art. 3º. Portaria MPS 403/2008, art.12	Observação diária de rotinas	10 servidores efetivos 22 Servidores Comissionados 1 Servidor inativo 11 vereadores	10 servidores efetivos 22 Servidores Comissionados 1 Servidor inativo 11 vereadores



## CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



2.5.37	Registro de Admissões	Observação diária de rotinas	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 38/2016	Observação diária de rotinas	Não houve admissão de efetivos no período	Não se aplica
<b>2.6 Demais atos de gestão</b>						
2.6.1	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Relatórios do Setor de Recursos Humanos.	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Observação direta	8 Funções gratificadas	8 Funções gratificadas
2.6.2	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Observação diária de rotinas	Artigo 12, §2º da lei 827/2004	Observação direta	10% dos cargos em comissão	10% dos cargos em Comissão
2.6.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	Observação diária de rotinas	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Observação direta	Não houve aplicação	Não houve aplicação
2.6.4	Pessoal – teto	Relatórios do Setor contábil e do setor de Recursos humanos	CRFB/88, art. 37, inciso XI	Revisão analítica	R\$ 1.953.580,21	R\$ 1.953.580,21
2.6.5	Realização de despesas sem previsão em lei específica.	Relatórios do Setor contábil e do setor de Recursos humanos	CRFB/88, art. 37, caput.	Análise documental	R\$ 1.953.580,21	R\$ 1.953.580,21
2.6.6	Dispensa e Inexigibilidade de Licitação.	000001/2022 - Inexigibilidade 000001/2022 - Dispensa 000002/2022 - Inexigibilidade 000002/2022 - Dispensa 000003/2022 - Inexigibilidade 000003/2022 - Dispensa 000004/2022 - Inexigibilidade 000004/2022 - Dispensa 000005/2022 - Inexigibilidade	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26.	Indagação	R\$ 210.717,35	R\$ 210.717,35



## CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



		000005/2022 - Dispensa				
		000006/2022 - Inexigibilidade				
		000006/2022 - Dispensa				
		000007/2022 - Dispensa				
		000008/2022 - Dispensa				
		000009/2022 - Dispensa				
		000010/2022 - Dispensa				
		000011/2022 - Dispensa				
		000012/2022 - Dispensa				
		000013/2022 - Dispensa				
		000014/2022 - Dispensa				
		000015/2022 - Dispensa				
		000016/2022 - Dispensa				
		000017/2022 - Dispensa				
		000018/2022 - Dispensa				
		000019/2022 - Dispensa				
		000020/2022 - Dispensa				
		000021/2022 - Dispensa				
		000022/2022 - Dispensa				
		000023/2022 - Dispensa				
		000024/2022 - Dispensa				
		000025/2022 - Dispensa				
		000025/2022 - Dispensa				
		000026/2022 - Dispensa				
		000026/2022 - Dispensa				
		000028/2022 - Dispensa				



## CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



### 1.2. Constatações e proposições

Código	Achados	Proposições/alertas	Situação
1.1.2	Foi empenhado o valor total de R\$ 2.483.586,37. Nossa análise foi restrita à processos referentes à pagamentos, excluindo folhas de pagamento de pessoal, obrigações relativas à pessoal, bem como, pagamento de diárias e valores de consignados. O montante dos processos analisados soma R\$ 426.145,08.	Não houve proposições ou alertas	Constatou-se que todos os pagamentos foram realizados com prévio empenho.
1.2.1	Houve o registro contábil de todos os pagamentos feitos em decorrência das obrigações previdenciárias. Foram analisados os pagamentos feitos ao Instituto Nacional de Previdência, porém, não houve em sede da presente prestação de contas o recalcule para averiguar se os valores estão corretos. Ficando esta análise adstrita apenas à existência de registro adequado	Não houve proposições ou alertas	Houve o Adequado registro
1.2.2	Os pagamentos foram realizados dentro do prazo e conforme registro contábil	Não houve proposições ou alertas.	Houve adequado pagamento
1.2.3	Não houve pagamento de juros ou multas por atraso	Não houve proposições ou alertas	Pagamentos feitos de forma corretas e dentro dos prazos.
1.2.4	Todos os repasses foram realizados.	Não houve proposições ou alertas	Pagamentos/retenções feitos de forma corretas e dentro dos prazos.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



1.2.5	Não há débitos em parcelamento	Não houve proposições ou alertas	Não há débitos em parcelamento
1.2.8	Não há cobrança de débitos previdenciários em vigor.	Não houve proposições ou alertas	Não há cobrança de débitos previdenciários em vigor.
1.3.1	As informações condidas na PCA refletem as informações contidas no inventário de bens móveis. O foco da averiguação foram o confronto de documentos.	Não houve proposições ou alertas	O registro contábil está correto.
1.3.2	As informações dos bens são suficientes para caracteriza-lo. Está feita contabilização dos bens de forma adequada. Contudo, não há ato formal que atribua a obrigação de cuidado a um servidor específico. Há uma responsabilização genérica atribuída ao Diretor Geral.	Não houve proposições ou alertas	Existe uma responsabilidade ampla do Diretor Geral. O diretor geral é o responsável pela guarda e administração dos bens. Os bens são contabilizados e caracterizados de forma correta.
1.3.3	Todos os recursos recebidos foram depositados em instituições financeiras.	Não houve proposições ou alertas	A totalidade dos recursos foi recebido através de instituições financeiras.
1.3.4	Os demonstrativos contábeis evidenciam os valores depositados nas contas bancarias. Não houve aplicação financeira em 2022.	Não houve aplicação financeira em 2022.	Os demonstrativos contábeis evidenciam os valores depositados nas contas bancarias. Contudo, não há aplicação financeira dos recursos
1.3.7	Não houve obrigações contraídas no último ano de mandato sem suficiente disponibilidade de caixa.	Não houve proposições ou alertas	Obrigações contraídas com suficiente disponibilidade de caixa.
1.4.6	Todas as despesas foram consideradas	Não houve proposições ou alertas	Procedimentos realizados em acordo



## CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



			com determinações legais.
1.4.7	Não foi detectado qualquer desrespeito aos limites descritos nos artigos 19 e 20 do LRF. A receita corrente líquida do município de Pancas, em 2022, foi de R\$ 78.402.951,63.	Não houve proposições ou alertas	Limite cumprido pela gestão
1.4.8	Não foi detectado qualquer desrespeito aos limites descritos no artigo 21 do LRF	Não houve proposições ou alertas	Limite cumprido pela gestão
1.4.9	2022 foi o final de mandato do Presidente da Câmara e não houve aumento de despesas nos últimos 180 dias.	Não houve proposições ou alertas	Limite cumprido pela gestão
1.4.10	O limite prudencial (95%) não foi atingido.	Não houve proposições ou alertas	Limite cumprido pela gestão
1.4.11	Não foi detectado qualquer desrespeito aos limites descritos no artigo 20 do LRF	Não houve proposições ou alertas	Limite cumprido pela gestão, sem a necessidade de adoção de medidas.
1.4.12	Não houve expansão de despesas com pessoal.	Não houve proposições ou alertas	Limite cumprido pela gestão
1.4.13	Os gastos com pessoal ficaram em 53,51% dos valores recebidos à título de duodécimo.	Não houve proposições ou alertas	Limite cumprido pela gestão
1.4.17	As regras expostas no artigo 29, inciso VI da Constituição Federal foram cumpridas	Não houve proposições ou alertas	Não houve aumento de valor do subsídio, porém, em 2023 (janeiro) todos os servidores e agentes políticos receberam uma revisão geral na mesma data e índice.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



1.4.18	Os pagamentos obedeceram aos limites do artigo 29, inciso VI (30%)	Não houve proposições ou alertas	Limite cumprido pela gestão
1.4.19	Não houve afronta ao limite de 5% da arrecadação municipal.	Não houve proposições ou alertas	Limite cumprido pela gestão
1.4.20	Neste ponto, não há o que se falar em crime de responsabilidade uma vez que o valor total da folha de pagamento ficou dentro dos limites legais.	Não houve proposições ou alertas	Limite cumprido pela gestão
1.5.1	Documentos da PCA em conformidade.	Não houve proposições ou alertas	Determinação cumprida
1.5.2	Não foram localizadas situações de segregação de função.	Não houve proposições ou alertas	Atos em acordo com a Legislação vigente
2.2.8	Não houve expansão da atuação governamental.	Não houve proposições ou alertas	Atos em acordo com a Legislação vigente
2.2.9	Não houve expansão da atuação governamental.	Não houve proposições ou alertas	Atos em acordo com a Legislação vigente
2.2.10	Não houve	Não houve proposições ou alertas	Atos em acordo com a Legislação vigente
2.2.11	Não houve	Não houve proposições ou alertas	Atos em acordo com a Legislação vigente
2.2.13	Houveram a abertura de créditos adicionais.	Não houve proposições ou alertas	Não houve abertura de Crédito suplementar sem a prévia autorização legislativa
2.2.18	Não foram localizados investimentos nestas características.	Não houve proposições ou alertas	Atos em acordo com a Legislação vigente
2.2.24	A avaliação foi feita através de entrevista com o responsável pelo setor contábil.	Não houve proposições ou alertas.	Atos, aparentemente, em acordo com a Legislação vigente.





## CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



2.2.28	A avaliação foi feita através de entrevista com o responsável pelo setor contábil	Não houve proposições ou alertas	Atos, aparentemente, em acordo com a Legislação vigente no que tange à cronologia dos pagamentos.
2.2.29	Não foram expedidos atos de limitação à empenhos e movimentação financeira	Não houve proposições ou alertas	Atos em acordo com a Legislação vigente
2.2.30	A avaliação foi feita através de entrevista com o responsável pelo setor contábil. Foram realizados os registros e consonância com os artigos 16 e 17 da LRF, conforme determina o Artigo 15.	Não houve proposições ou alertas	Atos, aparentemente, em acordo com a Legislação vigente
2.2.31	Liquidações efetuada como determina o artigo 63 da lei 4320/64.	Não houve proposições ou alertas	Atos, aparentemente, em acordo com a Legislação vigente
2.2.32	Pagamentos realizados como determina o artigo 62 da lei 4320/64.	Não houve proposições ou alertas	Atos, aparentemente, em acordo com a Legislação vigente
2.2.33	Não foram verificados desvios.	Não houve proposições ou alertas	Não houve aplicação
2.2.34	Não houve concessão	Não houve proposições ou alertas	Não houve aplicação
2.2.35	Não houve concessão de subvenção social	Não houve proposições ou alertas	Não houve aplicação
2.3.1	Não foram localizados precatórios ou dívida ativa	Não houve proposições ou alertas	Não houve aplicação
2.3.2	Não foram localizados precatórios ou dívida ativa	Não houve proposições ou alertas	Não houve aplicação
2.3.4	Não foram localizados precatórios ou dívida ativa	Não houve proposições ou alertas	Não houve aplicação
2.3.5	Não foram localizados precatórios ou dívida ativa	Não houve proposições ou alertas	Não houve aplicação



## CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



2.4.1	A avaliação foi feita através de entrevista com o responsável pelo setor contábil	Não houve proposições ou alertas	Atos aparentemente, em acordo com a Legislação vigente
2.4.3	Em questionamento feito o setor contábil, foi-nos informado que não há dívida anterior ao exercício de 2001	Não houve proposições ou alertas	Não houve aplicação
2.5.1	Foram coletados documentos comprobatórios no momento da contratação e dos pagamentos das empresas	Não houve proposições ou alertas	Não houve aplicação
2.5.2	A Câmara Municipal de Pancas está vinculada ao regime Geral de previdência, logo este item não se aplica às informações da PCA.	Não houve proposições ou alertas	Atos, aparentemente, em acordo com a Legislação vigente
2.5.4	A Câmara Municipal de Pancas está vinculada ao regime Geral de previdência. Não fizemos a análise de cada desconto.	Não houve proposições ou alertas	Atos, aparentemente, em acordo com a Legislação vigente
2.5.5	A Câmara Municipal de Pancas está vinculada ao regime Geral de previdência, logo este item não se aplica às informações da PCA.	Não houve proposições ou alertas	Não se aplica
2.5.7	Não houve servidores cedidos durante o exercício de 2022.	Não houve proposições ou alertas	Não se aplica
2.5.10	Não houve parcelamentos de débitos previdenciários	Não houve proposições ou alertas	Não se aplica
2.5.26	Não há um procedimento formal, contudo, os dados dos servidores são sempre atualizados pelo departamento de Recursos Humanos	Não houve proposições ou alertas	Atualização realizada rotineiramente.
2.5.37	Não houve contratação de servidores efetivos em 2022.	Não houve proposições ou alertas	Não houve aplicação



## CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



2.6.1	Todas as funções gratificadas estão sendo exercidas por servidores efetivos. Os cargos em comissão estão de acordo com as determinações legais.	Não houve proposições ou alertas	Atuação dentro das determinações legais
2.6.3	Em 2022, não houve contratação por Tempo determinado.	Não houve proposições ou alertas	Atuação dentro das determinações legais
2.6.4	O valor do teto remuneratório imposto na Constituição Federal foi respeitado	Não houve proposições ou alertas	Atuação dentro das determinações legais
2.6.5	Todas as despesas com subsídios e vantagens seguiram determinação de Lei específica	Não houve proposições ou alertas	Atuação dentro das determinações legais.
2.6.6	Não foram localizadas nenhum ponto em desacordo com os artigos 24 e 26 da lei de licitações	Não houve proposições ou alertas	Atuação dentro das determinações legais.

### 1.3. Da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal

Quanto à gestão de recursos, esta Unidade de Controle Interno faz algumas observações pontuais, no que tange ao consumo de combustíveis e a concessão de diárias.

Em 2022 houve um pequeno aumento no consumo de combustíveis em relação à 2021. Nosso gasto com combustíveis e afins em 2022 foi de R\$ 14.288,95. Tal aumento se deve ao aumento registrado no preço da gasolina durante o ano de 2022.

Quanto às diárias, houve um aumento significativo do valor total anual, muito em função da normalização das atividades pós pandemia, mas principalmente, em função da atualização dos valores pagos. O gasto com pagamento de diárias em 2022, foi de R\$ 45.220,00.

Não houve **tomadas de contas especiais** em 2022.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



### 2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinei a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do **Sr. Otniel Carlos de Oliveira**, relativa ao exercício de 2022

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados e já elencados, a referida prestação de contas se encontra **regular com ressalva**, uma vez que não possuo capacidade técnica para opinar quanto à documentos contábeis, uma vez que tenho formação em direito. Contudo, realizei entrevistas com o departamento responsável, colhi informações e documentos, no intuito de averiguar quaisquer tipos de irregularidade e nada foi encontrado.

Pancas-ES, 27 de março de 2023